

**PONTES DE MIRANDA
E O DIREITO PROCESSUAL**

Coordenadores

- FREDIE DIDIER JR. • PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA •
- ROBERTO P. CAMPOS GOUVEIA FILHO •

Autores

ADRIANA DE MENDONÇA COSTA	LUCIANO VIANNA ARAÚJO
ALEX XAVIER SANTIAGO DA SILVA	LÚCIO GRASSI DE GOUVEIA
ALEXANDRE FREIRE PIMENTEL	LUIZ EDUARDO RIBEIRO MOURÃO
ANDRÉ LUCAS FERNANDES	LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO
ANTONIO CARLOS F. DE SOUZA JÚNIOR	MARCELO MIRANDA CAETANO
ANTONIO DO PASSO CABRAL	MÁRCIO OLIVEIRA ROCHA
BECLAUTE OLIVEIRA SILVA	MARCOS BERNARDES DE MELLO
BRUNA MARIA JACQUES F. DE ALBUQUERQUE	MARIA EDUARDA VILAR
BRUNO GARCIA REDONDO	MARIÂNGELA GUERREIRO MILHORANZA
CARLOS ALBERTO MOLINARO	MARSEL BOTELHO
CARLOS EDUARDO ARAÚJO	MATEUS COSTA PEREIRA
CRISTIANO SIMÃO MILLER	NESTOR EDUARDO ARARUNA SANTIAGO
DANIELA BOMFIM	PAULO MACHADO CORDEIRO
DANILO HEBER GOMES	PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA
DIERLE NUNES	PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA
EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA	PEDRO SPÍNDOLA BEZERRA ALVES
ELAINE RIBEIRO BUENO DE MENDONÇA	RAFAEL ALEXANDRIA DE OLIVEIRA
FLÁVIA MOREIRA GUIMARÃES PESSOA	RAQUEL SILVA ARAÚJO
FRANCISCO BARROS DIAS	RAVI PEIXOTO
FREDIE DIDIER JR.	ROBERTO P. CAMPOS GOUVEIA FILHO
GABRIELA EXPÓSITO MIRANDA DE ARAÚJO	ROBERTO PAULINO DE ALBUQUERQUE JR.
HERMES ZANETI JR.	ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA
HUMBERTO THEODORO JR.	ROBSON RENAULT GODINHO
JADISON JUAREZ CAVALCANTE DIAS	RODRIGO MAZZEI
JOSÉ CARLOS VAN C. DE ALMEIDA SANTOS	RODRIGO NUMERIANO DUBOURCQ DANTAS
JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO	RODRIGO SARAIVA MARINHO
JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER	RODRIGO XAVIER LEONARDO
JOSÉ ROBERTO FERNANDES TEIXEIRA	SÉRGIO CABRAL DOS REIS
LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA	SUENYA TALITA DE ALMEIDA
LEONARDO GRECO	VENCESLAU TAVARES COSTA FILHO
LEONARDO SANTANA DE ABREU	VINICIUS DE NEGREIROS CALADO
LUCAS BURIL DE MACÊDO	WELDER QUEIROZ DOS SANTOS

Organizadores

FREDIE DIDIER JR.

Livre-docente pela USP e Pós-doutor na Universidade de Lisboa.
Doutor pela PUC-SP. Mestre pela UFBA. Coordenador do curso de graduação da Faculdade Baiana de Direito. Professor-adjunto da Faculdade de Direito da UFBA. Membro da IAPL, do Instituto Iberoamericano de Direito Processual e do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Presidente da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo. Advogado e consultor jurídico.

PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA

Doutor (UFBA) e Mestre (UFAL) em Direito. Professor-adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor e coordenador do curso de Direito na SEUNE. Professor convidado da Escolas Superiores de Magistratura de Alagoas (ESMAL) e Pernambuco (ESMAPE). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Membro fundador da Associação do Norte-Nordeste de Professores de Processo (ANNPE). Advogado.

ROBERTO P. CAMPOS GOUVEIA FILHO

Bacharel e Mestre em Direito Processual pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor de Direito Processual Civil da mesma Instituição de Ensino Superior. Membro da Associação Norte e Nordeste dos Professores de Processo (ANNPE). Advogado.

PONTES DE MIRANDA E O DIREITO PROCESSUAL

2013



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

10
anos



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Araori Coelho (araoricoelho@gmail.com)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Apresentação	29
---------------------------	-----------

PARTE I

Escritos Diversos sobre a Vida, Obra e Pensamento de Pontes de Miranda

1. Prolegômenos ao Pensamento Jurídico-Filosófico de Pontes de Miranda.....	35
<i>André Lucas Fernandes</i>	
<i>Mateus Costa Pereira</i>	
Introdução	35
1. Premissa científica: toda ciência é natural.....	36
1.1. A contraposição ao paradigma racionalista e a segmentação das ciências dentre naturais e do espírito....	43
2. Fato jurídico, incidência e a concepção pontesiana de norma jurídica.....	45
3. Sistema da Ciência Positiva do Direito.....	47
Considerações finais.....	51
Referências bibliográficas	53
2. Pontes de Miranda: a Grandeza de uma Mente Enciclopédica.....	57
<i>Dierle Nunes</i>	
<i>Carlos Eduardo Araújo</i>	
1. Considerações gerais.....	57
2. O Homem	60
3. A Obra	63
4. As artes	70
5. A Paixão Científica	72
6. Pontes de Miranda e Einstein.....	73

7. A sua relação com a Biologia	74
8. A Filosofia.....	74
9. A obra de Pontes de Miranda no Exterior.....	74
10. As atividades jurídico-diplomáticas exercidas	75
11. No campo da Filosofia	76
12. No domínio da Filosofia do Direito.....	76
13. No campo da Sociologia.....	76
14. Na Literatura	76
15. Na seara do Direito Constitucional.....	76
16. No âmbito da Ciência Política.....	77
17. No setor do Direito Processual Penal	77
18. No campo do Direito Processual Civil.....	77
19. Genial e sem igual foi sua contribuição ao Direito Civil.....	77
20. Contribuições para a prática jurídica.....	78
3. A Obrigação Médica e a Necessidade de Superação de Dicotomias Ultrapassadas: Insegurança Jurídica Decorrente da Distinção entre Obrigação de Meios/ Resultado e a sua Natureza Contratual/Extracontratual	79
<i>Vinicius de Negreiros Calado</i>	
1. Introdução	79
2. A natureza jurídica da obrigação médica: o responsabilidade pelo fato	80
3. Obrigações de meios e obrigações de resultado: uma dicotomia juridicamente insegura.....	87
Considerações finais.....	92
Referências	93

PARTE II

Escritos sobre Direito Processual

1. Perspectivas Históricas da Ação Declaratória no Âmbito das Teorias Ternária e Quinária: Análises acerca da Executoriedade e da Prescrição.....	97
<i>Alexandre Freire Pimentel</i>	
<i>Bruna Maria Jacques Freire de Albuquerque</i>	
1. Considerações iniciais: esboço histórico sobre a ação declaratória e o dualismo do sistema jurídico romano	97

2.	Taxonomia das classes de ações e a autonomia da ação declaratória	101
3.	A quebra do paradigma dualista do processo e sua repercussão na ação declaratória	105
4.	Da eficácia executiva.....	110
4.1.	Do reconhecimento jurisprudencial da eficácia executiva da sentença declaratória	115
5.	O problema da prescrição	116
6.	A ação declaratória frente à prescrição tributária	118
7.	Considerações finais.....	119
	Referências	120
2.	A Decisão da Inconstitucionalidade: um Diálogo entre Pontes de Miranda e Marcelo Neves	123
	<i>Antonio Carlos Ferreira de Souza Júnior</i>	
	Introdução	123
1.	O ordenamento jurídico enquanto sistema	124
2.	Os planos do mundo jurídico.....	129
2.1.	Plano da pertinência (existência).....	129
2.2.	Plano da validade.....	133
2.3.	Plano da eficácia.....	138
3.	A presunção da constitucionalidade das leis	139
4.	Decretação de inconstitucionalidade das leis	142
4.1.	Tese da nulidade do ato normativo inconstitucional	142
4.2.	Tese da anulabilidade do ato normativo inconstitucional.....	145
4.3.	Apreciação crítica: elementos para uma Teoria da invalidade da norma inconstitucional	147
5.	Eficácia constitutiva da decisão de inconstitucionalidade.....	154
	Conclusão	155
3.	Da Sentença ao Conteúdo Mandamental: Proposta de Sistematização do Regime Jurídico-Processual para as Ordens Judiciais	159
	<i>Antonio do Passo Cabral</i>	
1.	Introdução: a classificação tradicional das sentenças no Brasil e a inovação de Pontes de Miranda	159
2.	O conceito de sentença mandamental de Pontes de Miranda e a classificação quinária das sentenças	162

3.	A pouca adesão ao conceito pontiano de sentença mandamental e sua possível utilidade na legislação atual.....	164
4.	Classificação baseada no “conteúdo predominante” das sentenças, seus erros e acertos, e sua relevância no processo contemporâneo.....	166
5.	Diferenças entre a sentença mandamental e a condenatória: proposta de sistematização.....	169
5.1.	A ordem judicial e as tentativas de identificar-lhe as particularidades.....	170
5.2.	Ordem e condenação: diferenças práticas.....	173
5.2.1.	A ordem é prospectiva, a condenação retrospectiva.....	173
5.2.2.	Meios executivos.....	175
5.2.3.	Flexibilização na correlação entre pedido e sentença.....	
	O dinamismo da tutela mandamental e a possibilidade de mutação do provimento no curso do processo.....	176
5.2.4.	Sanção criminal como consequência para o descumprimento.....	178
6.	Conclusão.....	179
	Bibliografia.....	179
4.	Teoria da Prova: um Diálogo com Pontes de Miranda.....	183
	<i>Beclaute Oliveira Silva</i>	
	Introdução.....	183
1.	Prova como modelo demonstrativo.....	184
2.	Concepção declaratória da prova.....	184
2.1.	Prova como situação no mundo fenomênico.....	185
2.2.	Prova como argumento.....	188
3.	Concepção constitutiva da prova.....	192
4.	Prova em Pontes de Miranda.....	196
4.1.	Notas sintéticas sobre a perspectiva do mundo jurídico em Pontes de Miranda.....	196
4.2.	Finalidade da prova.....	197
4.3.	Prova como argumento em Pontes de Miranda.....	198
4.4.	Concepção pontiana no contexto da doutrina da prova.....	199
5.	Notas conclusivas.....	200
	Referências.....	201

5. Objeção e Exceção de não Executividade.....	205
<i>Bruno Garcia Redondo</i>	
1. Introdução	205
2. Histórico	206
3. Nomenclatura e natureza jurídica	210
4. Previsão legal	213
5. Forma	214
6. Legitimidade para apresentação.....	214
6.1. Dívida (Schuld) e responsabilidade (Haftung)	215
6.2. Legitimidade dos responsáveis primários.....	215
6.3. Legitimidade dos indicados no art. 568 do CPC (responsáveis primários e secundários).....	216
6.4. Legitimidade dos responsáveis secundários	216
6.5. Legitimidade do curador especial	219
6.6. Ilegitimidade do exequente.....	220
7. Legitimidade “passiva”	220
8. Competência	220
9. Prazo para apresentação.....	220
10. Efeitos	223
11. Pressuposto de cabimento: prova pré-constituída da alegação	225
12. Matérias alegáveis.....	226
12.1.Cognição ampla ou limitada, variando conforme a natureza do título executivo	226
12.2.	
Matérias cabíveis em objeção ou exceção.....	227
13. Preclusão da matéria defensiva (inclusive à relacionada ao interesse público)	228
14. Procedimento	230
15. Natureza jurídica da decisão, recurso cabível e sucumbência...	230
16. Compatibilidade do instituto com as execuções de títulos judiciais e extrajudiciais.....	231
Referências bibliográficas	234
6. A Sentença e sua Execução no Mandado de Segurança	239
<i>Cristiano Simão Miller</i>	
1. Considerações introdutórias.....	239
2. O problema das execuções contra a fazenda pública	241
2.1. A execução contra a Fazenda Pública no Projeto do novo Código de Processo Civil	243

3.	O julgamento do mandado de segurança e o processo sincrético: crítica à autonomia da natureza mandamental da sentença	245
4.	O cumprimento da ordem no mandado de segurança	250
4.1.	A execução forçada	255
4.2.	A possibilidade de utilização, no mandado de segurança, das regras do art. 461, §4º e §5º, do Código de Processo Civil	257
4.3.	Os reflexos pecuniários da sentença concessiva da segurança	260
5.	A criminalização do ato de descumprir a ordem no mandado de segurança	265
6.	A suspensão da segurança	266
7.	Conclusões	268
	Bibliografia	270
7.	A Causa de Pedir à Luz da Teoria do Fato Jurídico	273
	<i>Daniela Bomfim</i>	
1.	Introdução	273
2.	O fenômeno jurídico à luz da teoria do fato jurídico	274
3.	As diversas vestes do fenômeno jurídico substancial no processo	278
4.	O fenômeno jurídico substancial afirmado como conteúdo da causa de pedir	280
5.	A causa de pedir como afirmação do fato jurídico e da situação jurídica (em sentido lato)	282
5.1.	Generalidades	282
5.2.	A afirmação do fato jurídico	283
5.3.	A afirmação da situação jurídica	292
6.	O ônus da alegação dos elementos da causa de pedir	298
	Conclusões	302
	Referências	303
8.	O Plano de Existência do Processo: um Estudo dos Pressupostos Processuais à Luz da Teoria do Fato Jurídico	307
	<i>Danilo Heber Gomes</i>	
	Introdução	307

1. Pressupostos processuais: considerações iniciais	308
2. Pressupostos processuais e requisitos de validade.....	310
3. Extinção do processo por falta de pressupostos processuais: uma contradição lógica.....	312
4. A classificação dos pressupostos e requisitos processuais.....	313
4. Os pressupostos processuais em espécie	316
4.1. Órgão investido de jurisdição	317
4.2. Ato de demandar.....	319
6. Considerações finais.....	322
Referências bibliográficas	323
9. A Antecipação de Tutela à Luz da Teoria Quinária da Ação	325
<i>Eduardo José Da Fonseca Costa</i>	
1. Introdução	325
2. A teoria quinaria da ação	327
3. As teorias sobre a eficácia da decisão antecipatória.....	335
4. O objeto da antecipação nas ações declarativas.....	341
5. O objeto de antecipação nas ações constitutivas.....	346
6. O objeto da antecipação nas ações condenatórias.....	349
7. A composição contenciosística das decisões antecipatórias.....	353
8. Conclusão	357
10. Prescrição: um Panorama sobre Posições acerca de sua Pronúncia de Ofício no Processo do Trabalho	359
<i>Elaine Ribeiro Bueno de Mendonça</i>	
1. Introdução	359
2. Prescrição: breves comentários sobre sua conceituação e transformações legislativas operadas sobre o instituto	360
3. Inaplicabilidade do art. 219, §5º, do CPC no processo do trabalho: corrente defensora	362
4. Aplicabilidade do art. 219, §5º, do CPC no processo do trabalho: corrente defensora	366
5. Aplicabilidade do art. 219, §5º, do CPC no processo do trabalho: corrente pela necessidade de oitiva das partes, antes da pronúncia de ofício.....	370
6. Conclusão	372
Bibliografia.....	372

11. Pontes de Miranda e a Possibilidade de Utilização das Máximas de Experiência Para Dispensa de Provas no Processo Civil	375
<i>Flávia Moreira Guimarães Pessoa</i>	
1. Introdução	375
2. Máximas de experiência – conceituação preliminar	376
3. Funções Tradicionais das Máximas de Experiência no Direito Processual Civil	378
4. Da possibilidade de utilização das máximas de experiência para dispensa de provas no Processo Civil.....	380
5. Considerações finais.....	383
Referências bibliográficas	384
12. Eficácia e Efeitos da Sentença: Visão Prática no Sistema Quinário de Pontes de Miranda	385
<i>Francisco Barros Dias</i>	
1. Introdução	385
2. Questão terminológica: identidade ou distinção entre eficácia e efeito	387
3. O significado das expressões eficácia e efeito entre alguns doutrinadores na teoria geral do direito e no campo processual.....	388
4. Classificação e caracterização dos efeitos da sentença.....	392
5. O que representa os efeitos da sentença no campo prático e a importância que adquire no processo nos dias de hoje.....	396
6. Conclusões	398
7. Bibliografia.....	399
13. Notas Para uma Teoria da Interpretação dos Atos Postulatórios	401
<i>Fredie Didier Jr.</i>	
14. Relação Jurídica e o Plano Material: Breves Estudos com Base em Pontes de Miranda	409
<i>Gabriela Expósito Miranda de Araújo</i>	
Introdução	409
1. Relação jurídica na fenomenologia da juridicização.....	410
1.1. Regra jurídica, incidência e fato jurídico	410

1.2. Espécies de fatos jurídicos	414
1.3. Categorias eficaciais.....	415
2. A relação jurídica no plano material.....	416
2.1. O plano material.....	416
3. Considerações finais.....	418
Referências bibliográficas	418
15. Brasil: um País de “Common Law”? As Tradições Jurídicas de “Common Law” e “Civil Law” e a Experiência da Constituição Brasileira como Constitucionalismo Híbrido	421
<i>Hermes Zaneti Jr.</i>	
1. A formação do ordenamento judicial brasileiro na perspectiva constitucional e a recepção do direito norte- americano	422
1.1. A recepção constitucional da “judicial review” (o controle de poder no modelo brasileiro de jurisdição constitucional).....	423
1.2. O surgimento do controle do poder do estado: limites e vínculos aos poderes absolutos.....	425
1.3. Tradições jurídicas em confronto no “paradoxo metodológico” brasileiro: “common law” (processo constitucional) e “civil law” (processo infraconstitucional)	428
1.4. A teoria da recepção jurídica com particular atenção à recepção constitucional.....	434
2. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891 e as doutrinas nacionais do “judicial review” até o advento da Constituição Federal de 1988	441
2.1. A passagem do Brasil Império (poder moderador – Constituição Imperial de 1824) para o Brasil República (“judicial review” – Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891).....	441
2.2. O “judicial review” na Constituição de 1934: o advento do mandado de segurança, da ação popular, da ação interventiva e do “full bench”	449
2.3. O “judicial review” na Constituição de 1937 (Carta Outorgada).....	451

2.4. A Constituição de 1946 e a positivação do “judicial review” (“A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual”)	453
2.5. O “judicial review” nas cartas constitucionais do golpe militar (1967 e 1969)	456
2.6. A Constituição Federal de 1988 e o Estado Democrático de Constitucional: ampliação do “judicial review” (“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ‘ameaça’ a direito”)	458
Conclusão	464
16. Prescrição: Ação, Exceção e Pretensão	465
<i>Humberto Theodoro Júnior</i>	
1. Introdução	465
2. Ação e pretensão	466
3. A prescrição e a pretensão	469
4. Ação e pretensão	471
5. Ação e exceção	472
6. Exceção e prescrição	473
7. Um significativo exemplo do direito comparado	476
8. Conexão entre o direito material e o direito processual	476
9. Objeção e exceção em matéria de prescrição e decadência.....	478
10. Pretensão e ação, segundo Pontes de Miranda	481
11. Algumas conclusões	483
17. Análise Pragmática em Torno da Moderna Classificação das Ações.....	485
<i>Jadison Juarez Cavalcante Dias</i>	
1. Prolegômenos.....	485
2. Da Ação.....	488
2.1. Teoria Civilista da Ação	488
2.2. Polêmica Windscheid versus Mütter	489
2.3. Teoria do Direito Concreto da Ação	489
2.4. Teoria do Direito Abstrato da Ação	490
2.5. Teoria Eclética da Ação	490
3. A ação e o plano processual	490
3.1. Direito subjetivo processual	491
3.2. Pretensão à tutela jurídica estatal.....	491
3.3. “Ação” processual	492

4.	A ação e o plano material	492
4.1.	Direito subjetivo material.....	492
4.2.	Pretensão material	493
4.3.	Ação material	493
4.4.	Classificação das ações materiais	494
5.	A classificação das ações e a carga de eficácia das sentenças....	495
6.	Classificação Trinária	496
6.1.	Ação Declaratória.....	497
6.2.	Ação Constitutiva	497
6.3.	Ação Condenatória.....	498
7.	Classificação Quinária.....	499
7.1.	Ação Mandamental	500
7.2.	Ação Executiva “Lato Sensu”	500
8.	Classificação Quaternária da Ação	501
9.	Do aporte pragmático.....	501
	Considerações derradeiras.....	507
	Referências	508

18. Uma Análise das Relações Jurídicas Continuadas à Luz da Teoria do Fato Jurídico..... 511

Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr.

1.	Considerações iniciais	511
2.	Breve noção sobre a teoria do fato jurídico.....	512
3.	O fenômeno jurídico da incidência nas relações jurídicas instantâneas, permanentes e sucessivas.....	518
4.	As relações jurídicas permanentes e sucessivas e os limites temporais da coisa julgada.....	524
5.	Conclusões	530
	Referências	531

19. A Resolução Parcial do Mérito no Saneamento do Processo e a Natureza Jurídica do Pronunciamento Judicial: da Doutrina de Pontes de Miranda ao Projeto do Novo Código de Processo Civil..... 535

José Carlos Van Cleef de Almeida Santos

1.	Notas introdutórias de delimitação geral.....	535
2.	Breve investigação quanto ao mérito no direito processual civil brasileiro	537
3.	O princípio da unidade e unicidade da sentença	547

4.	O saneamento do processo como uma estruturação inicial que valorizou a concepção do julgamento fracionado do mérito no direito processual civil brasileiro: da evolução do Código de Processo Civil de 1939 ao Projeto do Novo Código de Processo Civil, passando pela doutrina de Pontes de Miranda.....	550
5.	A natureza jurídica do pronunciamento judicial que em sede de saneamento do processo resolve parte do mérito da causa.....	563
	Referências bibliográficas	573
20.	Rescisória, Decisão Interlocutória e Coisa Julgada Progressiva: uma Segunda Visão sobre o Projeto do Novo CPC.....	579
	<i>José Henrique Mouta Araújo</i>	
1.	Introdução	579
2.	Os momentos de resolução do mérito e a impugnação recursal total ou parcial: divergência interpretativa	581
3.	Resolução parcial de mérito no ncpc e seus reflexos: necessidade de revisão conceitual.....	589
21.	Abreviadas Ponderações sobre Jurisdição: Aproximação ao Conceito de Pontes de Miranda.....	593
	<i>José Maria Rosa Tesheiner</i>	
	<i>Carlos Alberto Molinaro</i>	
	<i>Mariângela Guerreiro Milhoranza</i>	
	Introdução	593
1.	Jurisdição.....	596
1.1.	Sobre o argumento da ideia de Jurisdição.....	597
1.1.1.	Atividade de substituição.....	597
1.1.2.	Coisa julgada.....	599
1.1.3.	Lide.....	601
1.1.4.	Imparcialidade.....	604
1.2.	O conceito de jurisdição: pretexto e contexto	606
2.	Concisos apontamentos sobre Jurisdição em Pontes de Miranda.....	608
	Considerações finais.....	610

22. Incidência da Norma e Renúncia da Prescrição	615
<i>José Roberto Fernandes Teixeira</i>	
<i>Adriana de Mendonça Costa</i>	
1. Introdução	615
2. Sobre a incidência da norma.....	615
3. Especificamente a incidência das regras de prescrição.....	619
4. O momento da renúncia da prescrição	620
Bibliografia.....	623
23. Por um Novo Mandado de Segurança: Retorno à Origem?.....	625
<i>Leonardo Greco</i>	
24. A Contumácia das Partes como Ato-Fato Processual	635
<i>Leonardo Carneiro da Cunha</i>	
1. Introdução	635
2. Natureza jurídica da contumácia	638
3. A teoria do fato jurídico de Pontes de Miranda.....	639
4. Ato-fato jurídico	640
5. Ato-fato processual.....	641
6. A contumácia das partes como ato-fato processual	642
7. A contumácia das partes como ato-fato processual: consequências ou implicações.....	642
8. Conclusões	646
Bibliografia.....	647
25. Critérios de Classificação das Ações e Sentenças	649
<i>Leonardo Santana de Abreu</i>	
Introdução	649
1. Classificação binária, ternária e quinária	650
2. Critérios de classificação das eficácias.....	653
2.1. Classificação segundo o conteúdo e/ou segundo os efeitos das ações ou sentenças?.....	655
2.2. O critério de classificação das eficácias é processual e/ou material?	665
3. A coerência do critério de classificação da teoria quinária da ação de Pontes de Miranda.....	677

Conclusão	682
Referências	683
26. A Denúnciação da Lide como Remédio Jurídico Processual: uma Contribuição à Luz da Doutrina de Pontes de Miranda.....	687
<i>Lucas Buril de Macêdo</i>	
<i>Ravi Peixoto</i>	
1. Introdução	687
2. Uma breve elucidação: ação material e remédio jurídico processual, conceitos e distinções.....	688
3. O panorama doutrinário da denúnciação da lide.....	692
4. A denúnciação da lide como remédio jurídico processual e a conservação da ação material.....	697
5. Conclusão	699
Referências	700
27. A Ação de Liquidação de Título Executivo Extrajudicial, a Partir da Doutrina de Pontes de Miranda	703
<i>Luciano Vianna Araújo</i>	
Considerações iniciais	703
1. Introdução	704
2. A tese.....	705
3. A questão.....	706
4. Título executivo.....	707
5. Elementos da obrigação.....	709
6. Liquidação.....	710
7. A cognição e os procedimentos jurisdicionais diferenciados.....	712
8. “A ação de liquidação de título executivo extrajudicial”	714
Conclusão	717
28. Litigância de Má-Fé: Abuso de Direito ou Ilicitude?	719
<i>Lúcio Grassi De Gouveia</i>	
1. Introdução	719
2. O abuso do direito de demandar e de se defender no código de processo civil de 1939 e os ensinamentos de Pontes de Miranda.....	720

3. A litigância de má-fé no Código de Processo Civil atual	721
4. O conceito de abuso de direito na doutrina	723
5. A caracterização da litigância de má-fé como abuso de direito por parte da doutrina.....	726
6. A litigância de má-fé como ilicitude	731
7. Conclusão	737
Referências.....	737

29. Omissão Judicial na Fixação de Honorários Advocatícios... 739

Luiz Henrique Volpe Camargo

1. Breve introdução	739
2. A posição de Pontes de Miranda	741
3. Os julgados do Supremo Tribunal Federal na mesma linha defendida por Pontes de Miranda	741
4. A posição do Superior Tribunal de Justiça na mesma linha defendida por Pontes de Miranda adotada no recurso especial n.º 886178/RS, cujo acórdão está submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução do STJ n.º 08/2008	742
5. A posição do Superior Tribunal de Justiça na mesma linha defendida por Pontes de Miranda consolidada no enunciado n.º 453 da súmula de sua jurisprudência dominante.....	743
6. A análise crítica da posição de Pontes de Miranda e das soluções apresentadas para o problema	745
6.1. Da exigência do ajuizamento de ação rescisória	746
6.2. Da admissão de promoção de liquidação de sentença para o arbitramento dos honorários	755
6.3. Da admissão de correção da omissão a qualquer tempo, no pressuposto de que se trata inexatidão material	756
6.4. Do cabimento de ação própria para a fixação da verba honorária.....	757
7. A perspectiva de “overruling” do entendimento consolidado no STJ	758
8. A proposta de “lege ferenda”	759
9. Conclusão	760

30. Uma Breve Análise Crítica sobre a Teoria Quinária das Ações..... 761

Luiz Eduardo Ribeiro Mourão

1. Uma breve explicação da teoria quinária das ações exposta por Pontes de Miranda.....	761
2. O problema da ação condenatória.....	767
3. O problema da ação (ou provimentos) mandamental.....	775
4. O problema da ações (ou provimentos) executivos.....	784
5. Conclusão	785
31. Conversando com Pontes de Miranda sobre a Aplicação dos Arts. 475-N, III; 485, IV, V e 495 do CPC na Ação Rescisória Trabalhista – Existência de Coisa Julgada a Ser Respeitada em Acordo Judicial Quitador de Extinto Contrato Laboral	787
<i>Marcelo Miranda Caetano</i>	
Bibliografia.....	802
32. Pragmatismo Jurídico como Instrumento de Observação da Concepção Ponteana de Norma Jurídica no Contexto das Cláusulas Gerais Processuais	805
<i>Márcio Oliveira Rocha</i>	
1. Apresentação e delimitação do estudo.....	805
2. O método pragmático na observação do problema versado.....	806
3. Observação pragmática da concepção ponteana de norma jurídica no contexto das cláusulas gerais processuais.....	814
4. Cláusulas gerais processuais e a ausência de métodos pragmáticos de aplicação.....	821
5. Considerações finais.....	825
Referências	826
33. Condições da Ação: Questões de Mérito ou Não Mérito?.....	829
<i>Marcos Bernardes De Mello</i>	
1. Delimitação temática.....	829
2. Noções fundamentais	831
2.1. Considerações preliminares.....	831
2.2. Breve descrição do fenômeno jurídico.....	832
2.3. Os planos do mundo jurídico.....	835
2.4. Breves noções sobre eficácia Jurídica	836
2.4.1. Preliminares	836
2.4.2. A relação jurídica de direito material e seu conteúdo	838

2.5. Conclusões preliminares.....	843
3. A segunda acepção em que é empregada a palavra ação (direito à tutela jurisdicional ou, impropriamente, “direito de ação”)	843
3.1. Conceito de pretensão à tutela jurídica.....	844
3.2. O caráter de direito fundamental da pretensão à tutela jurídica (“direito de ação”).....	850
3.3. Os pressupostos de exercício da pretensão à tutela jurídica	853
3.4. Conclusões preliminares sobre a pretensão à tutela jurídica	855
4. A terceira acepção em que é empregada a palavra ação.....	856
5. Crítica ao art. 267, inciso VI do CPC.....	857
5.1. A impropriedade da expressão “condições da ação”	857
5.2. Impropriedade quanto ao conteúdo do art. 267, VI, do CPC	858
5.2.1. Observação preliminar	858
5.2.2. Conceito de mérito da causa.....	859
5.2.3. Da possibilidade jurídica.....	860
5.2.4. Da “legitimatío ad causam”	861
6. Conclusão	864
Bibliografia.....	864
34. Problematização do Divórcio Judicial na Teoria do Fato Jurídico de Pontes de Miranda.....	869
<i>Marsel Botelho</i>	
Introdução	869
1. Singularidades dos planos fenomênicos do fato jurídico	870
Conclusão	880
Referências	887
35. Remédio Heroico ou Antídoto Ineficaz? Recurso Ordinário Constitucional, “Habeas Corpus” e a Jurisprudência dos Tribunais Superiores.....	889
<i>Nestor Eduardo Araruna Santiago</i>	
<i>Alex Xavier Santiago da Silva</i>	
Referências	901

36. A “Disregard Doctrine” e o Projeto do Novo Código de Processo Civil: Análise Jurídica.....	903
<i>Paulo Machado Cordeiro</i>	
Introdução	903
1. A desconsideração da personalidade jurídica	905
2. O devido processo legal sob a ótica procedimental.....	907
3. A “disregard doctrine” e o Projeto do Novo Código de Processo Civil.....	910
5. Natureza jurídica da decisão que determina a desconsideração da personalidade jurídica: contribuição da doutrina das ações de Pontes de Miranda.....	914
6. Recurso cabível.....	915
7. Conclusões	916
Referências	917
37. Sentenças Condicionais.....	919
<i>Pedro Henrique Pedrosa Nogueira</i>	
1. Introdução	919
2. Os negócios jurídicos processuais	919
3. A decisão judicial como negócio processual.....	923
4. O dogma das sentenças incondicionais no direito brasileiro	927
5. Sentenças sujeitas à condição e termo.....	929
6. Conclusão	933
38. Os Efeitos Devolutivo e Translativo nos Recursos Excepcionais	935
<i>Pedro Miranda de Oliveira</i>	
1. Introdução	935
2. Recursos ordinários e recursos excepcionais	936
3. Efeito devolutivo	940
3.1. Efeito “meramente” devolutivo	942
3.2. “Ampla devolutividade” (rejulgamento da causa).....	943
4. Efeito translativo	946
5. Conclusão	952
Bibliografia.....	953
39. O Exercício da Exceção de Contrato Não Cumprido e a Prescrição	955
<i>Rafael Alexandria de Oliveira</i>	

1. A exceção de contrato não cumprido.....	955
2. Exercício da exceção de contrato não cumprido e prescrição ...	960
3. Conclusão	966

40. A Ação Publiciana: entre a Origem Romana e o Direito Atual 967

Roberto P. Campos Gouveia Filho

Maria Eduarda Vilar

Pedro Spíndola Bezerra Alves

1. Introdução	967
2. Breves Considerações sobre as Origens Romanas da Ação Publiciana.....	968
2.1. Considerações Iniciais.....	968
2.2. Posse e Propriedade no Direito Romano	969
2.2.1. Propriedade Quiritária	972
2.2.2. Propriedade Bonitária	973
2.2.3. A Exceção de Usucapião.....	974
2.2.4. A “Actio Publiciana”	976
3. A Ação Publiciana no Direito Atual.....	978
3.1. Considerações Iniciais.....	978
3.2. A Natureza Jurídica e a Eficácia da Usucapião	978
3.3. A Ação Publiciana	980
3.3.1. O Poder de Reivindicar como Inerente à Propriedade	980
3.3.2. A Irrelevância do Título de Aquisição da Propriedade para a Existência dos Poderes – Pretensão e Ação – de Reivindicação	981
3.3.3. Aspectos Gerais da Ação Publiciana: Causa de Pedir, Legitimados, Eficácia e Prescrição	983
4. Conclusão	986
Referências Bibliográficas.....	986

41. Por uma Noção de Execução Forçada: Pequenas Provocações aos Defensores da Executividade da “Execução” Indireta..... 989

Roberto P. Campos Gouveia Filho

Raquel Silva Araújo

1. Considerações prévias.....	989
-------------------------------	-----

2.	A realização dos direitos: premissas necessárias.....	990
2.1.	Considerações iniciais	990
2.2.	Primeiras premissas necessárias: o direito como situação jurídica relacionada a um fim social e sua realização como momento jurídico de consumação de tal fim	991
2.3.	Segunda premissa necessária: distinção entre direitos prestacionais e direitos potestativos	992
2.4.	Última premissa necessária: a execução forçada “latu sensu” como espécie de realização de direitos prestacionais	994
3.	Posição adotada: execução indireta como falsa execução	996
4.	Proposta de sistematização	999
42.	Sobre a ação Vindicatória no Direito Brasileiro.....	1001
	<i>Roberto Paulino de Albuquerque Júnior</i>	
	Introdução	1001
1.	Ação vindicatória de direitos reais limitados.....	1002
2.	Ação vindicatória da posse	1006
3.	Ação vindicatória de título ao portador.....	1009
4.	Ação vindicatória de estado de filho e de direito de personalidade à origem genética.....	1010
	Considerações finais.....	1011
	Referências	1012
43.	Anotações sobre a Noção de Ônus da Prova em Pontes de Miranda.....	1015
	<i>Robson Renault Godinho</i>	
44.	Omissão Relacional e Ontológica segundo Pontes de Miranda (Análise dos Fenômenos e o seu Saneamento através de Embargos de Declaração).....	1027
	<i>Rodrigo Mazzei</i>	
1.	Introdução: omissão como hipótese de cabimento de embargos de declaração	1027
2.	Omissão.....	1028
2.1.	Omissão ontológica.....	1030
2.2.	Omissão relacional.....	1032

2.3. Omissão direta e omissão indireta – subtipos de omissão ontológica	1038
2.4. Erro material – espécie de omissão indireta	1039
3. Breve fechamento.....	1041
45. Processo Cautelar: Horas de Ocaso?.....	1043
<i>Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas</i>	
<i>Roberto Wanderley Nogueira</i>	
Introdução	1043
1. Procedimentos cautelares como garantia da justiça: considerações sobre o tempo no direito	1050
2. Critérios para definir os procedimentos cautelares.....	1051
2.1. Provisoriidade, função preventiva e urgência	1052
2.2. Instrumentalidade e função conservadora	1054
3. Proposta de classificação para os procedimentos cautelares....	1054
4. O especial caso do poder geral de cautela do juiz.....	1056
5. Características dos procedimentos cautelares.....	1057
5.1. As duas faces do “periculum in mora”	1057
5.2. A instrumentalidade hipotética dos procedimentos cautelares como previsão dos efeitos do procedimento principal.....	1058
5.3. A cognição em sede de cautelar	1058
5.4. O particular caso da coisa julgada em sede de procedimento cautelar: variabilidade e extinção por prazo.....	1060
5.5. A execução cautelar	1061
6. Constatações finais sobre a sistemática dos procedimentos cautelares	1062
7. Os procedimentos cautelares e os novos contornos do processo civil.....	1064
7.1. Os procedimentos cautelares à luz do racionalismo: crítica à teoria clássica.....	1065
7.2. A evolução do escopo cautelar do processo e os entraves do paradigma racionalista	1066
7.3. Provisoriidade, temporariedade, referibilidade e instrumentalidade das tutelas cauteleares: sinônimos de enfraquecimento?.....	1067
7.4. Uso alternativo dos procedimentos ordinários, poder geral de cautela e o advento da antecipação de tutela: esvaziamento do processo cautelar?	1071

8.	Vida longa aos procedimentos cautelares: conclusões.....	1073
	Referências	1076
46.	Dissolução parcial da sociedade: questões de direito empresarial no Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil e a Análise Econômica do Direito.....	1079
	<i>Rodrigo Saraiva Marinho</i>	
1.	Introdução	1079
2.	Da Dissolução Parcial da Sociedade Empresária	1080
3.	Da Previsão Do Instituto No Ordenamento Jurídico Brasileiro... ..	1086
4.	A disciplina no anteprojeto do Novo CPC	1088
5.	Da Análise Econômica da Dissolução Parcial de Sociedade	1090
5.	Considerações finais.....	1092
	Referências	1093
47.	A Prescrição no Direito Brasileiro: Direito Material e Direito Processual.....	1095
	<i>Rodrigo Xavier Leonardo</i>	
1.	Introdução	1095
2.	A prescrição: lineamentos gerais	1096
3.	A prescrição no Direito Civil Brasileiro.....	1100
4.	Análise crítica da disciplina da prescrição no Código Civil Brasileiro de 2002	1104
5.	Considerações finais.....	1115
	Referências bibliográficas	1115
48.	Reflexos Executivos da “Inexistência” e da “Invalidade” da Sentença Civil Condenatória.....	1119
	<i>Sérgio Cabral Dos Reis</i>	
	Introdução	1119
1.	“Pressupostos processuais”: dos elementos que condicionam a “existência jurídica” do processo	1120
2.	“Pressupostos processuais e os requisitos de validade” do processo: uma distinção metodológica necessária.....	1124
3.	Da distinção entre “nulidade” e “ineficácia” dos atos processuais: a “nulidade” enquanto sanção pela presença de um vício prejudicial.....	1129
4.	Da classificação dos vícios processuais.....	1135

5. Consequências decorrentes da ausência dos “pressupostos” e dos “requisitos” processuais: da variação quanto ao exercício do direito de defesa.....	1139
6. A sentença condenatória como título executivo e a sua estrutura: elementos de existência ou requisitos de validade?	1143
7. Das questões envolvendo o princípio da congruência entre a postulação e a sentença	1151
Conclusões	1159
Bibliografia.....	1160
49. Do Fático ao Jurídico: a Possibilidade Jurídica do Pedido de Adoção por Casais Homo-Afetivos.....	1165
<i>Suenya Talita de Almeida</i>	
1. O mundo dos fatos: fato social e fato jurídico.....	1165
2. A entrada dos fatos no mundo jurídico: revisitando a lógica da causalidade.....	1167
3. A Juridicização da adoção por casal Homo-afetivo pela possibilidade jurídica do pedido.....	1173
Referências	1176
50. Ponderações sobre a Tutela da Posse a Partir do Pensamento de Pontes de Miranda	1179
<i>Venceslau Tavares Costa Filho</i>	
1. A posse: estado de fato correspondente a um poder.....	1179
2. Detenção e desdobramento da posse	1182
3. Posse de boa-fé.....	1184
4. Posse justa e Justo título.A questão da aplicação subsidiária do art. 924 do Código de Processo Civil para uma interpretação razoável quanto ao momento da ciência do esbulho possessório	1189
Referências	1196
51. Ação Rescisória: de Pontes de Miranda ao Projeto de Novo CPC.....	1201
<i>Welder Queiroz dos Santos</i>	
1. Introdução	1201
2. Ação rescisória.....	1203
3. Objeto da ação rescisória: as decisões rescindíveis.....	1204

4.	Hipóteses de cabimento da ação rescisória.....	1207
4.1.	Incompetência absoluta.....	1209
4.2.	Coação.....	1210
4.3.	Violação manifesta a norma jurídica.....	1211
4.4.	Prova nova.....	1216
4.5.	Erro de fato.....	1218
5.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória.....	1219
6.	Modificações procedimentais.....	1223
6.1.	Dispensa do depósito prévio.....	1223
6.2.	Possibilidade de rejeição liminar da ação rescisória.....	1224
6.3.	Possibilidade concessão de tutela antecipada.....	1224
6.4.	Resposta do réu e procedimento.....	1225
6.5.	Escolha do relator e do revisor.....	1225
6.6.	Produção de provas.....	1225
6.7.	Órgão competente.....	1226
6.8.	Ação x Pedido.....	1226
7.	Conclusão.....	1227
	Bibliografia.....	1227